

## DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA ÀS CONDIÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Bianca Valoski<sup>1\*</sup>

### Introdução

Há quem diga que o trabalho perdeu sua importância nas últimas décadas. Supostamente a tecnologia assume a centralidade e o trabalhador se torna um mero apêndice em vias de ser emancipado devido aos inúmeros avanços alcançados. Ainda, a teoria marxista, por sua análise central do trabalho, se mostraria ineficaz para explicar esta nova realidade. Contudo, o cenário real demonstra que a classe daqueles e daquelas que vivem do trabalho, muito longe da emancipação, encontra-se mais perto de uma reconfiguração que as e os coloca frente à precarização. Logo, retomar os estudos que apreciam tal temática torna-se não só necessário, como expõe o imperativo de compreender quais são as características deste novo modo de trabalhar e as bases que proporcionaram a chegada à situação atual.

É neste sentido que a teoria da dependência tem muito a contribuir, principalmente porque demonstra a interlocução permanente entre capitalismo de tipo central com aqueles de tipo dependente, onde a sujeição ao capital das e dos trabalhadores se conforma distintamente de um lugar para o outro. A dependência da América Latina das condições econômicas externas é um fato estruturante. Dependendo do arranjo econômico e produtivo de cada país, a dependência pode operar por meio de extrativismo de matérias-primas (metais, hidrocarbonetos, alimentos) e outros recursos naturais, remessas de migrantes ou turismo. Por todas essas razões, a região é mais vulnerável a choques externos adversos que afetam os termos de troca, os preços de exportação de bens e serviços.

Assim, o objetivo deste trabalho é expor um panorama sobre as condições de trabalho no Brasil, para então interrelacioná-las com as explicações dadas por alguns dos teóricos da dependência latino-americana: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e André Gunder Frank, sem deixar de trazer outros autores à discussão. Trata-se então de uma pesquisa de tipo bibliográfica e documental. Ainda cabe destacar que a maioria dos dados utilizados advém de um relatório publicado em 2019 pelo IBGE, que traz um recorte de informações até 2018. Entende-se não haver prejuízos para uma avaliação atualizada da conjuntura, uma vez que em 2019 foram mantidas as tendências (em relação ao mercado de trabalho) de 2018 e que 2020 é um ano bastante atípico, devido a pandemia de COVID-19.

---

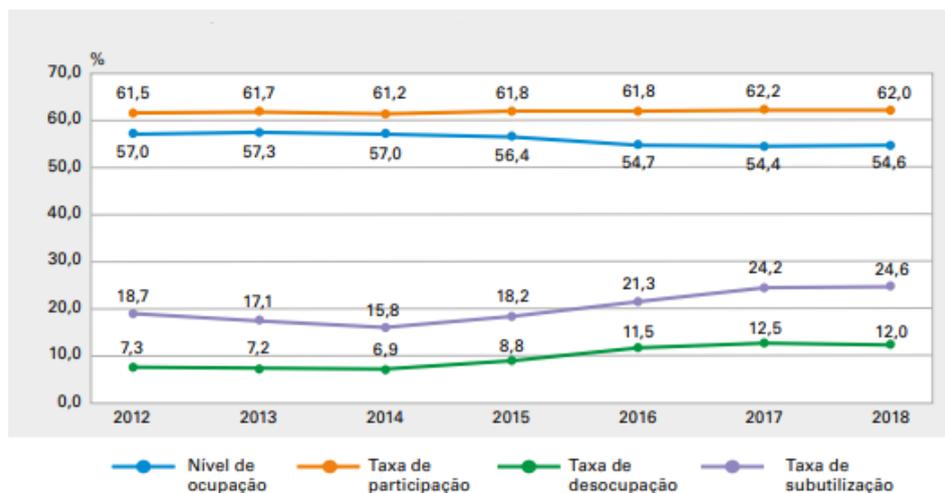
<sup>1\*</sup> Doutoranda em Políticas Públicas/ Universidade Federal do Paraná-UFPR.

### **A situação de quem vive do trabalho no Brasil**

Na quarta semana de agosto de 2020, segundo dados do IBGE (EBC, 2020a), a taxa de desocupação no Brasil atingiu 14,3%, sendo a maior da série histórica da PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012. Essa alta acompanha o aumento na população desocupada, representando cerca de 1,1 milhão a mais de pessoas à procura de trabalho no país, totalizando 13,7 milhões de desempregados. A população fora da força de trabalho (que não estava trabalhando nem procurava por trabalho) era de 74,4 milhões de pessoas. Nessa população, disseram que gostariam de trabalhar cerca de 26,7 milhões de pessoas (ou 35,8% da população fora da força de trabalho). Já a taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos de idade ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período. Nos impactos com relação a gênero, a taxa de desocupação do país no 1º trimestre de 2020 foi de 12,2%, entre as mulheres era de 14,5%, entre os homens de 10,4% (EBC, 2020b).

As taxas de desocupação e de subutilização (taxa composta da subutilização da força de trabalho) mostraram crescimento nos anos de 2015 a 2017, enquanto o nível de ocupação, definido como a população ocupada em relação à população em idade de trabalhar, registrou redução (IBGE, 2019). Isto é, o contingente que ingressou na força de trabalho ou que estava ocupado, em parte, passou a compor a população desocupada ou subutilizada nos anos finais da série. Em 2018, houve redução da desocupação (12,0%), que permanece quase o dobro da observada em 2014, embora a subutilização tenha crescido (24,6%). A população subocupada por insuficiência de horas passou de 5 milhões de pessoas, em 2014, para 6,9 milhões, em 2018. Já a população na força de trabalho potencial passou de 4,5 milhões de pessoas, em 2014, para 8,3 milhões, em 2018 (IBGE, 2019).

GRÁFICO 1 - INDICADORES SELECIONADOS DO MERCADO DE TRABALHO –  
BRASIL 2012-2018



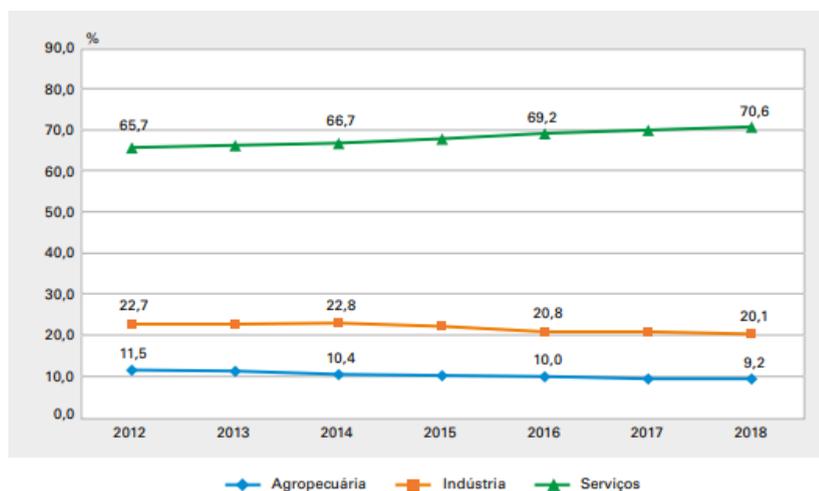
FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Em 2016, houve forte queda do trabalho com vínculo, sem compensação em outras posições na ocupação (IBGE, 2019). Em 2017, ocorreu novamente acentuada redução do número de trabalhadores com vínculo, porém, com aumento de trabalhadores sem carteira ou por conta própria. Já em 2018, esses grupos seguiram crescendo, mas não houve forte redução dos ocupados com vínculo. Assim, pela primeira vez desde 2014, a ocupação aumentou de forma expressiva (1,3 milhão), concentrada no pessoal ocupado sem carteira assinada e por conta própria. Todas essas combinações de resultados ocasionaram a queda da participação do emprego com vínculo. O IBGE (2019) considera que a informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro e constitui importante marcador de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização, como a remuneração pelo salário-mínimo, o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas (maternidade ou por afastamento laboral por motivo de saúde).

É importante também entender que o conjunto de atividades econômicas de um país retrata um dos principais traços de sua estrutura, pois permite conhecer seu perfil produtivo, identificando aspectos como nível de industrialização, do seu setor terciário, influência da atividade agropecuária e extensão do setor público. A partir da estrutura econômica brasileira é possível compreender características fundamentais de seu mercado de trabalho, identificando a distribuição dos trabalhadores nesses segmentos, assim como a diferenciação de suas remunerações. Considerando os três grandes grupos de atividade econômica, nota-se que, proporcionalmente, o pessoal ocupado reduziu-se continuamente na agropecuária, passando de 11,5% do pessoal ocupado total para 9,2% (IBGE, 2019). No grande grupo da indústria, que inclui a atividade de construção, a redução ocorreu, principalmente, no triênio final (20,1% da população ocupada total, em 2018) e no grupo de serviços, que compreende as demais

atividades, o crescimento foi contínuo, superando a marca de 70% da população ocupada total, em 2018.

GRÁFICO 2 - PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL - 2012-2018



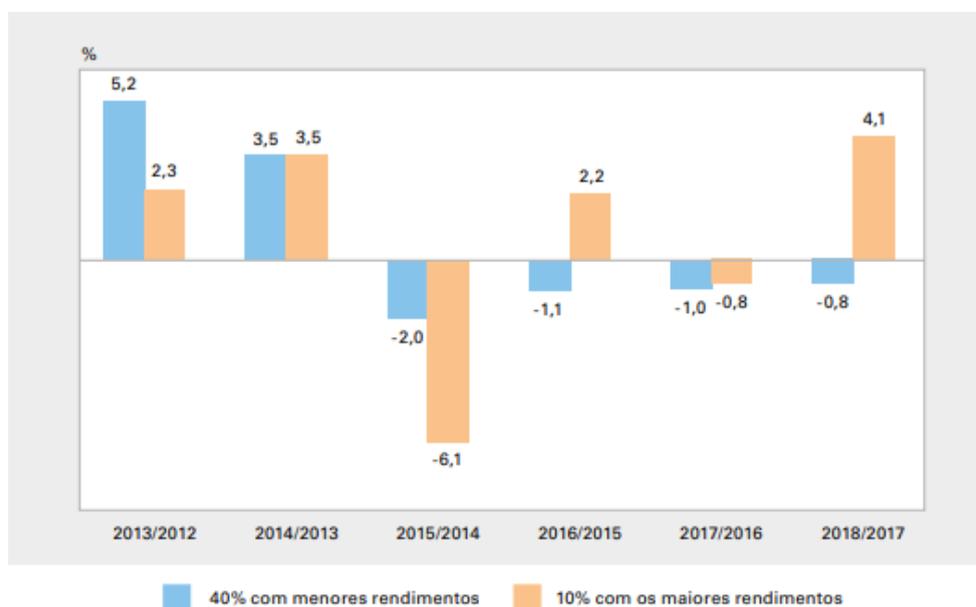
FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE

Do mesmo modo, é necessário fazer a análise por cor ou raça, que mostra, dentre os ocupados, que a proporção de brancos era de 45,2% e a de pretos e pardos de 53,7%. Todavia, quando comparado por atividades econômicas, o recorte por cor ou raça revela uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho. A presença dos pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades agropecuárias (60,8%), na construção (62,6%) e nos serviços domésticos (65,1%), atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em 2018 (IBGE, 2019). Já as atividades de informação, financeiras e outras, juntamente com administração pública, educação, saúde e serviços sociais, cujos rendimentos médios foram superiores à média em 2018, são os agrupamentos de atividades que contavam com a maior participação de pessoas ocupadas de cor ou raça branca. O recorte por cor ou raça, assim como a diferenciação por sexo, é fundamental para o diagnóstico das desigualdades de rendimentos do país. No balanço geral, em 2018, os brancos ganhavam em média 73,9% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 27,1% mais que as mulheres (IBGE, 2019).

Enquanto até 2015 houve redução da desigualdade da renda do trabalho, segundo a razão de rendimentos habituais – 12,0 vezes a mais para os 10% de maior renda, frente os 40% de menor renda – a partir de 2016, observou-se movimento contrário que, embora tenha permanecido estável no ano seguinte, se intensificou em 2018, alcançando 13,0 vezes, resultado

mais alto da série (IBGE, 2019). Ressalta-se que 57,6% dos rendimentos domiciliares per capita observados em 2018 ainda eram iguais ou inferiores ao valor do salário-mínimo vigente nesse mesmo ano (IBGE, 2019). Isso significa que mais da metade das pessoas possuíam rendimento domiciliar per capita de até R\$ 954,00. Na proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,5 (26,5% das residências brasileiras), a mulher sem cônjuge e com filho(s) de até 14 anos representa 56,9% deste grupo, sendo a mulher preta ou parda 64,4% dessas (IBGE, 2018).

GRÁFICO 3 - TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL DOS RENDIMENTOS MÉDIOS, POR CLASSES DE RENDIMENTO HABITUAL DE TODOS OS TRABALHOS - BRASIL - 2012/2018

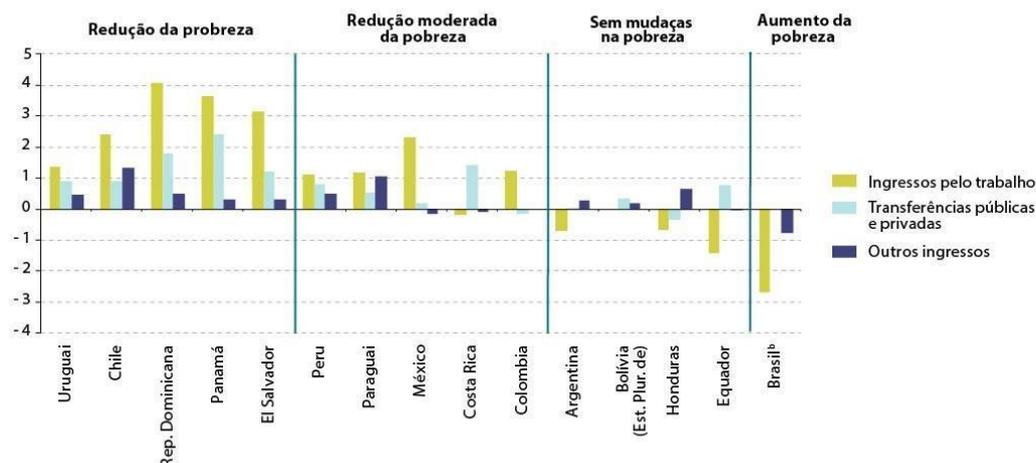


FONTE: IBGE (2019); Produzido por: IBGE.

Desde 2015 há tendência de aumento na América Latina da população abaixo da linha da pobreza. Em 2018 30,1% estavam nessa situação e 10,7% viviam em situação de extrema pobreza. Isso significa que aproximadamente 185 milhões de pessoas estavam abaixo da linha da pobreza em 2018, das quais 66 milhões estavam na extrema pobreza (CEPAL, 2019). Resultados significativos na redução tanto da pobreza quanto da desigualdade de renda estão principalmente vinculados a dois fatores: de um lado, a evolução da renda nos decis de menor recursos associada ao aumento da renda do trabalho, que corresponde a 72% do total da renda familiar, e de outro, transferências públicas de sistemas de proteção social, que ampliam e diversificam seus benefícios (CEPAL, 2019). Assim, o Brasil no período 2014-2018 ao evidenciar uma redução nos ingressos advindos do trabalho, transferências públicas e privadas e outros, teve como

consequência o aumento da pobreza, sendo único país onde o número de pessoas com renda do trabalho diminuiu.

GRÁFICO 4 - AMÉRICA LATINA (15 PAÍSES): VARIAÇÃO ANUAL DO INGRESSO TOTAL PER CAPITA ENTRE OS LARES DE MENORES RECURSOS, POR FONTE DE INGRESSO, 2014-2018<sup>a</sup> (VALORES ANUAIS).



FONTE: Adaptado de CEPAL (2019).

<sup>a</sup>: Países ordenados pela intensidade da redução da pobreza. Os dados correspondem ao subperíodo 2014-2018, exceto para o Chile (2013-2017)

<sup>b</sup>: No Brasil não é possível efetuar uma maior desagregação de transferências para o período completo; por isso, as transferências públicas e privadas se apresentam em “outros ingressos”.

O Brasil está atrás somente do Qatar em matéria de concentração de renda pelo 1% mais rico, sendo 29% a fatia concentrada no país árabe e 28% no Brasil. Os seis homens mais ricos do país têm a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros juntos (OXFAM, 2018). O Brasil passou a ocupar em 2018 a 9ª pior posição em matéria de desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini em um conjunto de 189 países. Apesar de estar entre as dez maiores economias globais, o PIB per capita brasileiro, no valor em dólar de US\$ 9.821,42, ainda é relativamente baixo se comparado a países com desigualdades pouco menores que a brasileira, como o Chile (US\$ 15.346,45), o Panamá (US\$ 15.087,68) e a Costa Rica (US\$ 11.630,6799 (OXFAM, 2018).

Apresentado este panorama geral, passa-se então para análise teórico a respeito do que historicamente tem contribuído para este cenário.

## Formação econômica e teoria da dependência

A história econômica da América Latina, na sua forma hoje conhecida, se inicia juntamente com a acumulação mundial de capital, padrões de comércio e modos de produção de 1500 a 1770. André Gunder Frank (1980) enfatiza que o intercâmbio comercial colonial, especialmente de produtos, trabalho e metais preciosos, era produzido através de modos de produção que dependiam substancialmente de violência e de força física. A exportação desses produtos e o pagamento envolvia, na maior parte das vezes, intercâmbio desigual baseado em valores desiguais, que espoliava os produtores, especialmente nas colônias, e beneficiava os mercadores, na metrópole. Este intercâmbio gerou importante fluxo de capital das colônias produtivas para a metrópole, que acumulou este capital e o canalizou para o próprio desenvolvimento.

Os modos de produção associados a este processo metropolitano e mundial de acumulação de capital diferiram de um conjunto de colônias para outro, de acordo com suas respectivas funções e posições neste estágio de desenvolvimento do sistema capitalista mercantil em escala mundial. Segundo Frank (1980), o participante colonial mais importante, o Novo Mundo, experimentou a transformação mais profunda e abrangente de seus modos de produção e o maior desenvolvimento de subdesenvolvimento. A África ocupou uma posição intermediária tanto no grau de sua incorporação neste estágio do processo histórico como no grau de transformação do seu modo de produção, e a Ásia, de modo geral, foi a que menos participou e se transformou. Argumenta que nos termos da acumulação de capital em escala mundial, a troca de produtos asiáticos pela prata americana produzida com trabalho forçado implicou um “intercâmbio desigual”, que beneficiava os europeus às custas dos asiáticos (e latinos americanos), uma vez que os europeus não dispunham de produtos próprios para oferecer aos chineses e indianos, autossuficientes e industrialmente mais avançados. Sendo assim, a única possibilidade de os europeus expandirem o comércio com o oriente era o pagamento com prata do ocidente (FRANK, 1980).

Vale ressaltar que o desenvolvimento de economias de plantation no Novo Mundo, que dependiam de trabalho escravo importado como sua principal força produtiva, introduziu grandes partes da África no processo histórico do desenvolvimento capitalista mundial, para suprir as economias de exportação, colonizadas e monocultoras da América com o trabalho que produzia toda essa riqueza para a metrópole. Assim, a África também foi convertida em uma economia monocultora de exportação, e nesse caso, o produto era seus próprios habitantes. Deste modo, o avanço do capitalismo mundial e de metrópole na Europa Ocidental (e depois também da América do Norte) estabeleceu as fundações produtivas e sociais de um processo

autossustentado de crescimento do subdesenvolvimento na América Latina e na África (FRANK, 1980).

A Revolução Industrial, inicialmente na Grã Bretanha e depois em outros países metropolitanos, envolveu transformações profundas na economia, na política, sociedade e cultura, não pode ser entendida de maneira separada deste processo de acumulação de capital e expansão de mercados baseados na América. “Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica, foi o capital acumulado no comércio com as Índias Ocidentais que financiou James Watt e a máquina a vapor” (HOBSBAWM p. 47, apud, FRANK, p. 97, 1980). A acumulação de capital monetário e comercial criou as condições para a revolução industrial. As mudanças na política econômica metropolitana e na ideologia política para justificá-las trazem à tona as contradições da divisão internacional do trabalho. Na medida em que os preços do mercado mundial subestimam as exportações dos produtores de matérias primas coloniais e superestimam as exportações metropolitanas, acontece, então, um intercâmbio desigual.

Exposto esse primeiro momento em que, impulsionada pela expansão comercial que caracteriza a acumulação primitiva na Europa, período que durou mais de 300 anos, a América Latina passou a ser cobiçada pela burguesia mercantil e pelos Estados nacionais recém constituídos no velho continente, passa-se em então a formação da classe trabalhadora no novo continente. Diversificar as atividades produtivas e constituir o mercado interno são fatores condicionantes para a implementação do trabalho assalariado na América Latina, modalidade de emprego estabelecida apenas ao longo do século XIX, em um momento caracterizado pela expansão do capitalismo industrial (especialmente o inglês), que passou a exigir a ampliação do mercado consumidor e a introdução do trabalho assalariado no mundo colonial. Segundo Ricardo Antunes (2011, p. 18):

Como resultado do surto urbano-industrial do século XIX - que substituiu o latifúndio pastoril, subordinado ao capital estrangeiro, que até então predominava na América Latina - e o conseqüente trânsito das sociedades rurais para essa nova realidade, começaram a surgir em diversos países latino-americanos os primeiros contingentes de trabalhadores assalariados, vinculados tanto às atividades agrário-exportadoras (caso da produção cafeeira no Brasil) como às atividades manufatureiras e industriais. Na Argentina e no Uruguai, países exportadores de carnes e derivados, os trabalhadores encontravam ocupação nos frigoríficos, a principal fonte de atividade produtiva. (...) Quanto mais as economias agrário-exportadoras, próprias do mundo mercantil, desenvolviam atividades relacionadas ao universo capitalista, mais necessidades sentiam de incrementar seus empreendimentos industriais.

Junto com os impulsos ocasionados pela demanda interna e as necessidades de acumulação da burguesia que se desenvolvia, a Primeira Guerra Mundial possibilitou um avanço importante no processo de industrialização, o que fez com que um forte fluxo migratório de

trabalhadores europeus viesse para América Latina (principalmente para o Brasil, a Argentina e o Uruguai) em busca de trabalho. Somados à população negra recém libertada da escravidão, começa-se a formação do proletariado latino-americano, centrado principalmente nos centros exploradores de salitre, cobre, prata, carvão, gás e petróleo, na indústria têxtil, nos serviços portuários e ferroviários, na construção civil e em pequenos estabelecimentos fabris (ANTUNES, 2011). Cabe ainda ressaltar que as experiências de trabalho artesanal e manufatureiro foram distintas daquelas vivenciadas na Europa, já que a América não conheceu a vigência do sistema feudal, isto é, o trânsito entre sistemas foi aqui muito mais rápido, pois em vários países saltou-se quase que diretamente do trabalho rural, da escravidão africana ou indígena, para novas formas de trabalho assalariado industrial (ANTUNES, 2011).

Em primeiro lugar, as transformações modernizadoras que possibilitaram a industrialização se manifestam na *organização social da produção*, na medida em que se generalizam as relações capitalistas de produção nos setores-chave das economias. Tal processo acaba por restringir as áreas da economia de subsistência e de autoconsumo, gerando um potencial disponível de mão de obra para ser proletarizada no setor exportador. A proletarianização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo, tal como ocorreu na Europa durante o período de acumulação originária. Restringir as possibilidades de subsistência do trabalho artesanal no campo e da produção vinculada à economia de autoconsumo faz com que os camponeses, ao se transformarem em proletários, tenham que vender sua força de trabalho para adquirir no mercado tudo aquilo que necessitavam ou que objetivamente poderiam necessitar: alimentos, cigarros, roupas, móveis etc., portanto, coloca-se assim a necessidade de produtos industriais.

Em segundo lugar, as transformações modernizadoras se apresentam *no âmbito das forças produtivas, nas mudanças tecnológicas*, o que se dá através da introdução novos instrumentos de produção e de transporte, aumentando sua capacidade de capitalização. O resultado se vê no crescimento da capacidade produtiva do setor exportador ao aumentar seu dinamismo e criar a expansão dos setores complementares ao setor exportador (BAMBIRRA, 2013). À medida que a indústria se desenvolve, consolida-se as bases para um processo mais amplo de acumulação capitalista e se amplifica para atender a demanda criada na classe operária, nas classes médias (burocratas, profissionais liberais, empregados em serviços etc.), no campesinato e nos setores industriais diretamente complementares à economia exportadora, isto é, tende a se expandir acentuadamente para satisfazer novas necessidades geradas pela própria dinâmica que lhe dá origem e impulso (BAMBIRRA, 2013).

As duas Guerras Mundiais trouxeram a possibilidade de formação de divisas, que se acentuam devido à expansão das exportações de alguns produtos, especialmente de matérias primas latino-americanas para os países beligerantes. Vânia Bambirra (2013) explicará que a condição para que essas conjunturas internacionais pudessem ser aproveitadas estava dada por dois fatores fundamentais existentes nessas sociedades: a) um mercado nacional já estruturado; b) um setor industrial cujo processo produtivo estava organizado com base em relações capitalistas. Assim, a autora define uma classificação para os países da América Latina que já haviam começado seu processo de industrialização (ainda que de forma precária) antes das guerras, os países do tipo A, e aqueles em que só contavam com uma estrutura econômica primário exportadora nesse período, países do tipo B. É partindo desse fato histórico básico, constatável empiricamente, que se pode distinguir tipos diversos de estruturas no contexto de uma situação global de dependência:

Os países que já tinham começado a industrialização antes do pós-guerra são: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Desses países, a Argentina e o México, desde o fim do século XIX, já tinham um significativo setor industrial. (...) Em todos esses países, a industrialização receberá um novo impulso com a Primeira Guerra Mundial. (...) Esses seis países correspondem ao tipo que chamamos de *países com início antigo de industrialização* (tipo A). (...) os países que começaram a industrialização a partir do pós-guerra serão chamados de *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* (tipo B). Estes são: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. (BAMBIRRA, 2013, p. 57, 58 e 60)

É a partir do pós-guerra de 1945 que se faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais, onde os EUA conseguem tirar vantagem de forma inquestionável do processo de nova partilha mundial das áreas dominadas, através de sua participação decisiva na guerra de 1939 a 1945, do bloqueio do avanço do campo socialista e do estabelecimento do Plano Marshall de reconstrução europeia, firmando-se assim como centro hegemônico do sistema imperialista. A partir de então as condições da dominação imperialista sobre os países dependentes mudam profundamente, e o próprio caráter do capitalismo dependente é redefinido de modo essencial, pois, a partir do pós-guerra, juntamente com a desnacionalização da propriedade dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia (BAMBIRRA, 2013).

Logo em seguida a América Latina entra, então, no ciclo das ditaduras militares, tuteladas pelo imperialismo norte-americano. Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Peru permaneceram durante longo tempo na lista de países atingidos por esse tipo de governo, que segundo Antunes (2011, p. 25), teve desde logo um duplo significado: “por um lado, reprimiu fortemente os distintos movimentos operários dos respectivos países e, por outro,

abriu caminho para a estrada da internacionalização e da ampliação do imperialismo norte-americano no continente”. Tal autor afirma que:

No Brasil, o golpe foi desencadeado em 1964, momento em que se desenvolveu um projeto capitalista dependente e subordinado, controlado por um Estado autocrático-burguês fortemente repressivo e ditatorial que reprimiu de maneira dura o movimento operário, desenvolvido durante os anos anteriores. O rebaixamento crescente dos salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial no Brasil intensificou sua tendência - presente, aliás, em toda a América Latina - de estruturar-se com base em um processo de superexploração do trabalho, articulando salários degradados, jornadas de trabalho extenuantes e extrema intensidade nos ritmos e tempos do trabalho, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado. (ANTUNES, 2011, p. 32).

Com as forças sindicais entevadas, lideranças exterminadas, repressão brutal aos trabalhadores e aos militantes da esquerda e do movimento operário, tem-se um excelente cenário para a primeira experiência mais profunda de implementação das políticas neoliberais no mundo. Porém é especialmente a partir da década de 1980 que a América Latina começa a sentir os efeitos negativos do neoliberalismo e das tendências essencialmente regressivas da reestruturação produtiva imposta pelo capital, com todo seu corolário ideológico e político. Esse duplo processo, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 1970, forçou uma redefinição dos latino-americanos frente à nova divisão internacional do trabalho, em uma fase em que o capital financeiro começava a ampliar sua hegemonia no mundo do capital (ANTUNES, 2011).

A fusão entre o neoliberalismo e reestruturação produtiva, dentro de um universo conduzido pelo capitalismo financeiro, gerou profundas transformações no mundo do trabalho. Informalidade, flexibilização e terceirização passam a ser imperativos empresariais. Na década de 1990 o Brasil iniciou sua reestruturação produtiva, a financeirização da economia e a livre circulação de capitais, as privatizações do setor produtivo estatal e a flexibilização da legislação trabalhista. Em suma, consolidou-se a pressão para uma nova inserção do país na nova divisão internacional do trabalho sob hegemonia neoliberal e financeira. As práticas de desregulamentação, flexibilização, privatização, desindustrialização se ampliaram, assim como a informalidade, a terceirização, o subemprego e o desemprego. Ainda, a mundialização do capital tem permitido ao capitalismo tornar global a produção das multinacionais, fazendo cadeia de produção em diferentes países, criando um exército mundial de reserva e, desta maneira, fragmentando também a classe trabalhadora que não pode responder com uma organização a nível mundial (ANTUNES, 2018).

## A classe trabalhadora no Brasil e na América Latina

Na seção anterior, foram apresentados os fatores que possibilitaram a formação de diferentes tipos de estruturas dependentes, seguindo a explicação dada por Vania Bambirra, que criou as tipologias A e B para classificar as diferentes configuração pela qual passaram os países da América Latina no seu processo de industrialização, conformando então, a compreensão de que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Explicar a formação da indústria em uma determinada localização se faz necessário pois:

desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira. Porque a indústria é a base econômica de um sistema social novo, o capitalismo, que por sua força e dinamismo tinha as condições de se impor, subjugar e liquidar os demais sistemas. E isso devido à grande capacidade que a revolução das forças produtivas engendrava, gerando formas superiores de domínio da natureza, de relação entre as classes e entre os indivíduos. (...) E também no caso dos países em que sua importância relativa não é ainda preponderante, a mera existência de um processo de industrialização em marcha - seja no nível nacional ou internacional - traz como consequência a subjugação dos demais setores à indústria e tende a se transformar no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico e social. Isso se pode constatar a partir da alteração da base morfológica e ecológica da sociedade, passando pela geração de novas necessidades, até a desagregação das formas econômicas e sociais anteriores e o surgimento de novas classes por ela gerado, o que provoca variações no eixo das contradições e nos conflitos da sociedade. (BAMBIRRA, 2013, p. 61 e 62)

A industrialização que se iniciou na Argentina, no México, no Brasil, no Chile e no Uruguai ainda que fraca se comparada a países do capitalismo central) a partir do final do século XIX se realiza dentro do contexto do sistema capitalista mundial, no qual esses países têm a função produtiva já definida como exportadores de produtos primários e, em cada um deles, o setor econômico fundamental é o setor exportador (BAMBIRRA, 2013). Neste setor e naqueles que lhe são complementares, se encontram as classes oligárquicas dominantes, compostas pelos latifundiários, proprietários das minas, comerciantes e financistas, que controlam e manipulam o poder econômico e político da sociedade em função de seus interesses e através do aparelho estatal<sup>2</sup>.

Estão dadas as condições que tornaram efetivo o processo histórico-social da industrialização e o consequente nascimento da classe trabalhadora, com as devidas determinações dos interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram. Agora, cabe analisar seu desenvolvimento e seus limites, bem como as contradições geradas. Uma delas é que, nesse contexto de transição do mundo capitalista agrário-exportador para o urbano-industrial, percebe-se a intensificação da ação do Estado, que procurava criar organismos

---

<sup>2</sup> E o fazem até hoje, vide a relevância da bancada ruralista no Congresso Federal do Brasil, por exemplo.

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>

sindicais oficiais a fim de barrar as lutas sociais autônomas desencadeadas pelas correntes revolucionárias do movimento operário, pois em meados do século XIX a América Latina era um campo tomado por lutas provenientes das forças sociais do trabalho. Desde aquele período, o movimento operário latino-americano briga pela conquista de uma legislação social que garanta seus direitos, sendo a expressão disso o peronismo na Argentina, o getulismo no Brasil e o cardenismo no México, dentre outros exemplos marcantes que foram fenômenos políticos inseridos na expansão industrial que começava a se desenvolver no continente (ANTUNES, 2011). Sobre essa temática, Vânia Bambirra (2013, p. 94 e 95) considera que:

Todas as conquistas do proletariado - como a criação de uma legislação do trabalho e, em especial, a legislação sindical (...) - representavam concessões dentro do jogo da política democrática burguesa e eram, nesses casos, condições necessárias dentro do processo de modernização que o desenvolvimento capitalista requer. Além disso, grande parte dessas concessões serviam para manter o controle do aparelho burguês sobre a classe operária. (...) no plano político sua expressão foi o populismo, ou seja, a concepção ideológico-doutrinária que consistia em apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e de todo o povo, e identificá-los com um líder popular, como se fossem interesses supra-classes e, ao mesmo tempo, de todas as classes. E através desse ecletismo se conclamava à unidade nacional, isto é, a unidade de interesses para realização da política de desenvolvimento capitalista nacional.

De forma geral, o desenvolvimento do capitalismo industrial em sua forma mais moderna, utilizado especialmente pela indústria automobilística norte-americana do início XX, surge e se expande através do taylorismo e do fordismo, que acabaram por conformar o desenho da indústria e do processo de trabalho em escala planetária. Foi por meio desse padrão produtivo que a grande indústria capitalista moderna (cuja produção já é marcada pela presença da maquinaria e pela subordinação real do trabalho assalariado ao capital) pôde se desenvolver. Entretanto, dada a particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo latino-americano em relação aos países centrais, o taylorismo/fordismo teve - e ainda tem - um caráter periférico em relação àquele que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Assim:

Na América Latina, esse caminho para o mundo industrial sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) quando comparado aos processos vivenciados pelos países de capitalismo hegemônico. E o fez sustentado em um enorme processo de superexploração do trabalho, que combinava, de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de *mais-valia* para o capital. (ANTUNES, 2011, p.22)

Como explicitado anteriormente, o surgimento da grande indústria moderna nos países de capitalismo central seria dificultado se não houvesse contado com os países dependentes, e assim tivesse de se realizar sobre uma base estritamente nacional, pois o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas que permita a especialização de parte da

sociedade na atividade especificamente industrial. Mas além de facilitar o crescimento da indústria do capitalismo central, a América Latina se envolve nesse processo mundial de uma segunda forma, que Ruy Mauro Marini (1990, s. p.) descreve como:

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção.

Cabe então uma explicação em relação à teoria valor trabalho para maior compreensão dos apontamentos acima. Um produto possui em sua constituição (baixo a organização capitalista de produção) duas formas de valor: de uso e de troca, a utilidade de uma coisa constitui nela o primeiro, já o segundo, aparece, como relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço, conforme descreve Marx (1985a, p. 49):

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa apenas produzir valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (...) Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido à quem vai servir como valor de uso por meio da troca.

Assim, como criador de valores de uso, o trabalho útil é uma condição de existência da humanidade. Independente de todas as formas de sociedade, há uma eterna necessidade natural de mediação entre vida humana e natureza em diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida e são fixadas por meio de um processo social alheio a quem produz (MARX, 1985a). Naturalmente, o tempo de trabalho necessário para produção de um dado produto se altera a cada mudança na força de produtiva de trabalho, pois esta é determinada por meio de circunstâncias diversas: pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 1985a).

Ainda, o valor de um certo produto será a parcela de trabalho humano nele contido, expresso numa quantia de dinheiro. Desta forma, a força trabalho quando vendida ao capitalista assume, como qualquer outra mercadoria, sua determinação de valor pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, “se, portanto, a produção dos meios de subsistência médios diários do

trabalhador exige 6 horas, então ele precisa trabalhar 6 horas por dia para produzir diariamente sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda” (MARX, 1985a, p. 187). E assim, todo o tempo a mais trabalhado do que o necessário para pagar seu valor, converte-se em mais trabalho e conseqüentemente em mais valia. Cabe, contudo a seguinte consideração de Marx (1985a, p. 188), sobre jornada de trabalho:

A jornada de trabalho não é, portanto, constante, mas uma grandeza variável. É verdade que uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o comprimento ou duração do mais trabalho. A jornada de trabalho é, portanto, determinável, mas em si e para si, determinada.

É por isso que a mercadoria trabalho tem o papel central no capitalismo, pois distingue-se das outras pelo fato de que seu consumo cria valor e valor maior do que ela mesma custa. Deste modo, o que do lado do capitalista aparece como valorização do capital, é da parte do trabalhador, dispêndio excedente de força de trabalho. A partir da vigência do sistema de metabolismo social do capital, o caráter útil do trabalho e sua dimensão concreta se tornam subordinados a ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais valor, isto é, para a produção de mercadorias e de valorização do capital. Torna-se importante também compreender a dimensão da mais valia, que possui duas formas: a absoluta, que se refere ao valor do qual se apropria o capitalista daquilo que foi produzido pelo proletário, além do que é necessário para esse sobreviver; e a relativa, que se dá devido ao aumento da produtividade do trabalho. Assim:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (MARX, 1985a, p. 251).

Este aumento da força produtiva do trabalho em geral é entendido como uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, isto é, que uma menor quantidade de trabalho adquira a força para produzir uma maior quantidade de valor de uso (MARX, 1985a). Por isso, se torna um impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador. Agrega-se a isso o fato de que nem todos os trabalhos são entendidos como iguais dentro da sociedade capitalista, desenvolve-se uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, o que vem a ser entendido como uma divisão social do trabalho. Marx (1985a, p. 71 e 72) explica melhor isso nessa passagem:

A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale.

Expostas essas conceituações fundantes da economia política marxiana, que por sua vez embasa a teoria da Dependência Latino Americana, volta-se a essa para compreendê-la como um todo. A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, sendo a contrapartida dessa divisão a ampliação do mercado mundial. Assim, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar, o que vai expressar, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário. Marini (1990, s.p.) esclarece bem esta situação nesta passagem:

(...) transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade.

Sendo assim, o problema colocado pela troca desigual para a América Latina se configura em como compensar a perda de mais-valia, uma vez que é incapaz de se contrapor à transferência de valor que tal troca implica, no nível das relações de mercado, de tal modo que a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. Logo, o aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. Marini (1990, s. p.) identifica então três mecanismos pelos quais se configuram essa maior exploração e complementa:

a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do

capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. Os dados apresentados na primeira parte desta pesquisa confirmam isso, principalmente no que tange o Brasil, onde quase 60% da população trabalhadora recebeu em 2018 menos do que um salário mínimo, que por sua vez já é defasado em relação ao que se considera justo para viver no país. Soma-se isto o fato de que:

Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 1990, s. p.)

O que Marini quer dizer nesta passagem é que, devido a situação de que a produção agroindustrial latino-americana ser em sua maioria para exportação, o consumo interno tem um peso pouco relevante para tal segmento econômico. Assim, um nível rebaixado de consumo interno não se torna um problema, o que para o setor de serviços é resolvido na medida em que a partir dos anos 80 amplia-se o crédito direto às pessoas e passa-se a contar com elevado endividamento<sup>3</sup> da população. Outro ponto que ele toca nessa passagem é a reposição de mão de obra, que Marx (1985b, p. 204) abordará da seguinte forma:

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é absorvida, ora liberada. (...) Com salário em baixa, a população trabalhadora é mais dizimada, de modo que em relação a ela e o capital a ficar excessivo, ou, também como outros explicam, o salário em baixa e a correspondente exploração mais elevada do trabalhador novamente acelera a acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, o salário baixo mantém o crescimento da classe trabalhadora em xeque.

Isto é, a superexploração do trabalho também só se faz possível devido ao fato de haver uma grande parte população desempregada, sem utilização pela produção econômica, o que tem como consequência uma baixa nos salários ofertados, bem como nos direitos da classe trabalhadora. O desemprego toma um caráter disciplinador. É a partir dessa perspectiva que Ricardo Antunes (2011, p. 39) profere a seguinte passagem:

---

<sup>3</sup> Em maio de 2020, 66,5% da população estava endividada. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/cnc-endividamento-das-familias-alcanca-665-em-mai-o#:~:text=O%20percentual%20de%20endividamento%20foi,foi%20divulgada%20hoje%20\(20\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/cnc-endividamento-das-familias-alcanca-665-em-mai-o#:~:text=O%20percentual%20de%20endividamento%20foi,foi%20divulgada%20hoje%20(20))

Dado o enorme contingente de força de trabalho sobrando, o processo de reestruturação em nosso continente apresenta um traço particular, proveniente da *superexploração da força de trabalho* e dos reduzidos níveis salariais, articulados, em alguns ramos produtivos, a um razoável padrão tecnológico. Isso acontece porque os capitais produtivos que atuam na América Latina buscam mesclar a existência de uma força de trabalho “qualificada” para operar com os equipamentos microeletrônicos com padrões de remuneração muito inferiores aos dos países centrais - onde as empresas têm suas sedes - tudo isso acrescido das formas de desregulamentação, flexibilização e precarização da força de trabalho. A fórmula favorece enormemente a intensificação da característica *superexploração do trabalho*, por meio da extração da mais-valia relativa em combinação com a mais-valia absoluta.

Para se ter ideia da dimensão que tal superexploração tem a nível global, é importante ressaltar que a população do miolo da distribuição de renda no Brasil tem padrão de vida muito inferior à classe média de países ricos, “enquanto o 1% mais rico no Brasil possui rendimento maior que o 1% na França, por exemplo, a renda média dos 90% mais pobres no Brasil equivale à dos 20% mais pobres na França, assim em termos comparados, a nossa classe média é, na verdade, pobre” (CARVALHO, 2018, p 51). Esta expansão da exploração do trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, o que também pode ser constatado pelos dados já apresentados.

## Conclusão

Conforme os dados apresentados demonstram, quando se examina a dimensão mercado de trabalho, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura nos últimos tempos, com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social e com salários mais baixos, tudo isso sob a tutela de estudo do Banco Mundial<sup>4</sup>, o que de alguma forma evidencia, mais uma vez, uma dependência até mesmo para formulação das políticas públicas a serem implementadas. Portanto, se a América Latina foi elemento essencial para a acumulação originária do capital, o que exigiu o emprego da violência em grande escala, percebe-se que tampouco foi ela dispensada na sua trajetória expansionista, ainda que atualmente se faça num grau mais refinado, marcado pelo imperialismo moderno e superexploração de um grande contingente humano.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL (EBC). **IBGE: desemprego na pandemia atinge maior patamar em agosto.** 2020a. Disponível

---

<sup>4</sup> Estudo do Banco Mundial analisa qualidade dos gastos públicos no Brasil - disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2017/11/1601402>

em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-09/ibge-desemprego-na-pandemia-atinge-maior-patamar-em-agosto>>. Acesso em: 30 set. 2020.

AGÊNCIA BRASIL (EBC). **IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre.** 2020b. Disponível

em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>>. Acesso em: 30 set. 2020

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor.** São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão.** São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BAMBIRRA, Vania. **Capitalismo Dependente Latino Americano.** 2ª Edição. Florianópolis: Editora Insular. 2013

CARVALHO, L. **A Valsa brasileira do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina.** 2019. Disponível em:<[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133_es.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2020.

DWECK, E; SILVEIRA, F. G; ROSSI, P. **Austeridade e desigualdade social no Brasil.** In: ROSSI, P; DWECK, E; OLIVEIRA, A. L. M. (orgs). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil.* São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018. pp 32-56.

FIORI, J.L. **Globalização, hegemonia e império.** In: FIORI, J.L. & TAVERES, M.C. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.* 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes,1998a. p.87-147.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência.** Tradução de Cláudio Alves Marcondes. São Paulo: Brasiliense, 1980

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira.** 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>> Acesso em: 30 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/LJQ1fR>>. Acesso em: 17 set. 2020.

MARINI, Rui. M. **Dialética da Dependência.** Editora Era, México, 1990, 10ª Ed. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod\\_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf)>. Acesso em 08/06/2020.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1985a.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1985b.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral de América Latina y el Caribe**. 2019. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms\\_732198.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_732198.pdf)> Acesso em: 30 set. 2020.

OXFAM BRASIL. **País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras**. 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

**Resumo:** Este artigo tem a atividade do trabalho como fio condutor para analisar a formação econômica da América Latina e do Brasil. Para isso, inicia-se mostrando as condições atuais da região no que diz respeito às taxas de ocupação, desocupação, rendimentos e empregabilidade nos setores econômicos. Em seguida passa-se para uma apresentação da teoria da dependência, para então analisar a categoria de superexploração do trabalho, essencial para compreensão da realidade da classe trabalhadora neste país e no seu continente.

**Palavras-chave:** Teoria da Dependência. Superexploração do trabalho. Divisão Internacional do Trabalho. Formação Econômica do Brasil.

**Abstract:** This article has the activity of work as a guideline to analyze the economic formation of Latin America and Brazil. To this, it begins by showing the current conditions in the region, with regard to occupancy, unemployment, income and employability rates in the economic sectors. Then it moves on to a presentation of the theory of dependency, to then analyze the category overexploitation of work, essential for understanding the reality of the working class in this country and on its continent.

**Keywords:** Dependency Theory. Overexploitation of work. International Division of Labor. Economic Formation of Latin America and Brazil.

\* Recebido em: 08/09/2021

\* Aceito em: 30/11/2021